

Foram cumpridas as formalidades legais e do contrato de sociedade sobre a prestação de contas e fiscalização da sociedade.

Posto o que o fiscal único deliberou formular o seguinte parecer:

Procedemos à fiscalização da gerência de Gescadaval — Gestão de Instalações e Equipamentos de Desporto, Cultura e Lazer, E. M., em resultado do qual somos de parecer que aproveis o relatório de

gestão e as contas referentes ao ano findo em 31 de Dezembro de 2004 e a proposta da administração sobre a aplicação dos resultados do exercício.

Lisboa, 11 de Fevereiro de 2003. — O Fiscal Único, A. Paredes, A. Oliveira e M. Branco — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Armando Nunes Paredes*. 1000296268



PARTE J

BPN CRÉDITO — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 13-B/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 12 190; identificação de pessoa colectiva n.º 502488468; data da inscrição: 22 de Agosto de 2005.

Elisabete Gomes Coelho da Silva, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifica, que as cópias em anexo são a reprodução do balanço, demonstração de resultados e anexos ao balanço e demonstração de resultados arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas, da sociedade em epígrafe do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 8 de Novembro de 2005. — A Escriturária Superior, *Elisabete Gomes Coelho da Silva*.

Relatório e contas de 2004

Balanço em 31 de Dezembro de 2004

ACTIVO

	2004			2003
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	13 029	—	13 029	9 246
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	10 514 565	—	10 514 565	5 939 833
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	185 622	—	185 622	—
4 — Créditos sobre clientes	505 302 388	49 710 950	455 591 438	496 853 949
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	30 524 836	3 721 870	26 802 966	16 833 049
7 — Participações	—	—	—	—
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	7 436 967	5 354 834	2 082 133	993 943
10 — Imobilizações corpóreas	20 639 135	7 216 439	13 422 696	18 635 940
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias ou partes de capitais próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	9 462 675	1 219 272	8 243 403	10 002 705
15 — Contas de regularização	5 277 249	—	5 277 249	9 091 426
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	589 356 467	67 223 365	522 133 101	558 360 091

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	—	—
b) A prazo ou com pré-aviso	410 206 279	410 644 419
2 — Débitos para com clientes	15 352 143	17 261 760
3 — Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	—	2 490 000
b) Outros	—	45 000 000
4 — Outros passivos	11 619 831	10 107 176
5 — Contas de regularização	5 996 397	5 822 931
6 — Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	—	—
b) Outras provisões	5 293 126	6 658 308

	2004	2003
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	—	—
8 — Passivos subordinados	—	5 000 000
9 — Capital subscrito	63 518 075	53 518 075
10 — Prémios de emissão	—	—
11 — Reservas	3 006 062	4 134 895
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	(1 148 640)	(6 612 864)
14 — Lucro do exercício	8 289 831	4 335 390
<i>Total do passivo e dos capitais próprios</i>	522 133 101	558 360 091

Rubricas extrapatrimoniais

	2004	2003
Compromissos perante terceiros:		
Responsabilidades por pensões de reforma e sobrevivência	58 419	63 728
Linhas de crédito revogáveis	58 271 954	51 366 129
Responsabilidades por prestações de serviços:		
Cobrança de valores	178 303	184 471
Activos cedidos em operações de titularização	261 580 439	203 353 069
Contratos com recurso — facturas não financiadas	28 046 213	13 341 352

(Sem assinaturas.)

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004

CUSTOS

	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	12 749 455	14 807 726
2 — Comissões	4 134 333	3 604 970
3 — Prejuízos em operações financeiras	5 830	5 570
4 — Gastos gerais administrativos:		
a) Custos com pessoal	7 959 838	7 014 120
b) Outros custos administrativos	6 025 440	6 274 367
5 — Amortizações do exercício	4 943 267	4 302 089
6 — Outros custos de exploração	2 399 270	3 023 356
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	35 381 930	26 704 799
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
11 — Perdas extraordinárias	1 787 884	2 087 469
13 — Impostos s/lucros	60 741	102 947
14 — Outros impostos	47 982	143 627
15 — Lucro do exercício	8 289 831	4 335 390
<i>Total</i>	83 785 801	72 406 430

PROVEITOS

	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	38 776 532	43 002 441
2 — Rendimento de títulos	—	—
3 — Comissões	4 516 957	4 401 730
4 — Lucros em operações financeiras	5 570 631	2 683
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	17 467 233	9 968 321
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras, participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	16 382 827	11 969 579
9 — Ganhos extraordinários	1 071 621	3 061 676
11 — Prejuízo do exercício	—	—
<i>Total</i>	83 785 801	72 406 430

(Sem assinaturas.)

Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de Dezembro de 2004

	2004	2003
Actividades operacionais:		
Recebimentos de clientes	128 466 087	151 136 973
Recebimentos provenientes de operações de securitização	185 622 290	—
Pagamentos a fornecedores	(8 650 072)	(15 821 358)
Pagamentos ao pessoal	(7 959 838)	(7 014 120)
Pagamentos e recebimentos de imposto s/ rendimento	282 387	2 031 826
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	9 462 136	3 669 057
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	1 059 524	2 388 089
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(1 787 884)	(1 966 289)
Fluxos das actividades operacionais	<u>306 494 629</u>	<u>134 424 177</u>
Actividades de investimento:		
Recebimentos provenientes de juros e proveitos similares	8 994 755	7 321 354
Recebimentos provenientes de investimentos financeiros	3 319 405	17 755 681
Recebimentos provenientes de imobilizações corpóreas	5 551 905	3 332 158
Recebimentos provenientes de imobilizações incorpóreas	—	39 436
Pagamentos respeitantes a investimentos financeiros	(15 000 000)	—
Pagamentos dos activos afectos à locação financeira e crédito ao consumo	(242 740 325)	(256 991 979)
Pagamentos de imobilizações corpóreas afectas à locação operacional	(4 235 855)	(18 053 307)
Pagamentos respeitantes a imobilizações corpóreas	(132 787)	(507 986)
Pagamentos respeitantes a imobilizações incorpóreas	(1 809 993)	(509 592)
Fluxos das actividades de investimento	<u>(246 052 896)</u>	<u>(247 614 235)</u>
Actividades de financiamento:		
Recebimentos provenientes de empréstimos obtidos	—	387 365 677
Recebimentos provenientes de aumentos de capital	10 000 000	—
Pagamentos respeitantes a empréstimos obtidos	(52 928 140)	(256 095 708)
Pagamentos respeitantes a aplicações em instituições de crédito	(185 622)	—
Pagamentos/recebimentos respeitantes a juros e custos similares	(12 749 455)	(14 807 726)
Pagamentos respeitantes a dividendos	—	(1 000 000)
Pagamentos respeitantes a gratificações aos empregados	—	(293 501)
Fluxos das actividades de financiamento	<u>(55 863 218)</u>	<u>115 168 742</u>
	<u>4 578 516</u>	<u>1 978 685</u>
Caixa e equivalentes no início do período	5 949 079	3 970 394
Caixa e equivalentes no fim do período	<u>10 527 594</u>	<u>5 949 079</u>
Variação de caixa e equivalentes	4 578 515	1 978 685

(Sem assinaturas.)

Anexo às demonstrações financeiras individuais

No cumprimento do disposto pelas normas emanadas pelo Banco de Portugal, relativamente aos elementos para publicação oficial, explicitam-se seguidamente e pela respectiva ordem, as informações sobre as rubricas mencionadas no balanço e na demonstração de resultados, sendo que os números das notas ausentes não são aplicáveis à Sociedade ou a sua apresentação não é relevante para a apreciação das demonstrações financeiras.

1 — Actividade:

A BPN Crédito — Instituição Financeira de Crédito, S. A., adiante designada por BPN Crédito ou sociedade, foi constituída em 28 de Novembro de 2003, por fusão por incorporação da BPN Crédito — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., da BPN Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A. e da Neofactors BPN — Sociedade de Cessão Financeira, S. A., na BPN Carfin Rent — Comércio e Aluguer de Veículos e Equipamentos, S. A., nos termos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 97.º do Código das Sociedades Comerciais, tendo por objecto a prática das operações permitidas aos bancos com excepção da recepção de depósitos.

2 — Comparabilidade:

A BPN Crédito, foi constituída, tal como acima referido, durante o exercício de 2003, tendo apresentado nesse exercício, pela primeira vez, as respectivas demonstrações financeiras. De salientar que, de

acordo com o projecto de fusão, esta teve efeitos, em termos contabilísticos, a partir de 1 de Janeiro de 2003.

Deste modo, nas demonstrações financeiras de 2003 foram introduzidos todos os ajustamentos e reclassificações necessários para uniformizar os critérios contabilísticos mais relevantes utilizados pelas várias áreas de negócio incorporadas por fusão na BPN Crédito.

Assim, as demonstrações financeiras de 2004 da BPN Crédito são comparáveis com as do exercício anterior, ambas preparadas de acordo com as regras definidas pela entidade supervisora nesta matéria.

3 — Principais princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

Reconhecimento de custos e proveitos:

Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

De acordo com as normas do Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Provisões para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito são apuradas nos termos dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 2/99, de 15 de Janeiro e n.º 8/2003, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal, e incluem:

i) Uma provisão específica para crédito concedido baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendo asso-

ciados, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito sobre clientes.

A avaliação desta provisão é efectuada pela sociedade, tomando em consideração a existência de garantias e o período de incumprimento.

ii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, que se destina a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

Rendas de locação operacional:

As rendas dos contratos de locação operacional são contabilizadas na rubrica de outros proveitos de exploração especializadas numa base diária.

Impostos sobre lucros:

A sociedade está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

Imobilizações incorpóreas:

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações, que são efectuadas durante um período de três anos, segundo o método das quotas constantes e compreendem, fundamentalmente, despesas de investigação e desenvolvimento, bem como, custos com sistemas informáticos de tratamento de dados.

Imobilizações corpóreas:

O imobilizado corpóreo encontra-se registado ao respectivo custo de aquisição, líquido das amortizações, que são calculadas a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes de forma a reintegrar os imobilizados na sua vida útil estimada. Os períodos da vida útil estimada são os mínimos geralmente aceites para efeitos fiscais, com excepção dos imobilizados de locação operacional.

i) Imobilizado em locação operacional:

Conforme instrução n.º 28/2003 do Banco de Portugal, estão incluídos nesta rubrica os veículos e equipamentos em regime de locação operacional, e são amortizados de acordo com o prazo e valor residual médios dos contratos realizados, o que corresponde a uma vida útil estimada de aproximadamente cinco anos.

ii) Imobilizado próprio:

Estão incluídos nesta rubrica os imobilizados afectos à exploração da instituição e são amortizados num prazo que corresponde aos períodos de vida útil estimada (taxas máximas) para efeitos fiscais.

Despesas com custos diferidos:

Incluem os custos inerentes à angariação de contratos de crédito e os custos com contratos publicitários, sendo transferidos para resultados de acordo com o período de duração média mensal dos contratos.

Receitas com proveitos diferidos:

As rendas dos contratos classificados como de locação operacional, são facturadas antecipadamente pela sociedade pelo que, se encontram devidamente especializadas a nível de proveitos, conforme acima referido, na rubrica de contas internas e de regularização.

Garantias obtidas de clientes — caução:

Os valores recebidos dos clientes de locação, como garantia para o bom cumprimento das suas obrigações contratuais, que assumam a forma de depósito de caução, são registados na rubrica de débitos para com clientes, até à maturidade do respectivo contrato.

Pensões de reforma:

A sociedade assumiu o compromisso de financiamento das responsabilidades com pensões de reforma de todos os seus colaboradores abrangidos pelo ACTV do sector bancário através de contribuições para o fundo de pensões constituído junto da Real Vida. O valor das responsabilidades de cada exercício é determinado com base em estudos actuariais e registado em resultados do ano.

Indemnizações:

Quando ocorram resoluções dos contratos de locação financeira, para além do capital e juros vencidos e não pagos, juros de mora e outros encargos, a sociedade tem direito a receber uma indemnização. As indemnizações incidem sobre as rendas vincendas e o valor residual dos bens, são registadas em resultados extraordinários.

Aplicações por recuperação de crédito:

Os imóveis e equipamentos recuperados na sequência da resolução dos contratos de locação financeira são registados pelo valor do capital vincendo à data da referida resolução em outros activos — aplicações por recuperação de créditos. Quando da avaliação destes bens resulta um valor inferior ao montante registado, são constituídas provisões pela diferença entre o valor registado e o valor da avaliação.

Comissões obtidas na angariação de seguros de crédito:

As comissões relativas à angariação de seguros de crédito para seguradoras externas, são registadas em proveitos no exercício aquando da angariação daqueles.

Comissões atribuídas a aportadores por angariação de contratos de crédito:

As comissões atribuídas pela angariação de contratos de crédito são registadas em resultados durante o período de vida dos contratos.

10 — Inventário da carteira de títulos:

A carteira de títulos é composta pelo seguinte:

Títulos de rendimento variável:

Certific. residuais Chaves 3: 7 418 012 euros (2003: 10 644 241 euros).
Certific. residuais Chaves 4: 14 906 824 euros (adquiridos neste exercício).

Float. Rates Notes Chaves 3: 8 200 000 euros (2003: 8 200 000 euros).

Outras imobilizações financeiras:

BPN Serviços, ACE: 17 400 euros (2003: 17 400 euros).

Refira-se que, em Junho de 2004, a BPN Crédito concretizou uma operação de titularização de créditos no valor total de 185 622 milhares de euros, à entidade Chaves Funding n.º 4 plc.

A entidade Chaves Funding n.º 4 plc foi responsável pela emissão dos títulos (*notes*) para o mercado, entre os quais, os *residual certificates* no valor total de 15 000 000 de euros, adquiridos na totalidade pela BPN Crédito.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

(Em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizações incorpóreas	5 608 722	4 640 481	1 657 831	90 262	714 251	—	2 002 083
Trespases	—	—	—	—	—	—	—
Despesas de estabelecimento	729 636	721 137	—	—	7 802	—	697
Custos plurianuais	764 147	764 147	—	—	—	—	—
Despesas de investig. e desenvolvim. ...	949 283	836 566	1 627 780	(82 902)	75 008	—	1 582 587
Sistemas de tratamento automático de dados (<i>software</i>)	3 165 656	2 318 631	30 051	173 164	631 441	—	418 799
Outras	—	—	—	—	—	—	—

(Em euros)

Contas	Saldo do exercício anterior		Aquisições	Transfe- rências	Amortizações do exercício	Abates (líquido)	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2004
	Valor bruto	Amortizações acumuladas					
Imobilizações corpóreas	23 729 824	5 093 884	4 368 642	—	4 229 016	5 352 870	13 422 696
Imóveis de serviço próprio	—	—	—	—	—	—	—
Obras em imóveis arrendados	1 042 903	334 959	46 292	63 737	119 105	—	698 868
Outros imóveis	116 593	52 856	—	(63 737)	—	—	—
Equipamento	2 834 681	1 802 409	86 495	—	443 606	54 994	620 167
Património artístico	98 254	—	—	—	—	—	98 254
Imobilizado em locação operacional (a)	19 541 002	2 857 717	4 235 855	—	3 656 957	5 290 436	11 971 747
Imobilizado em locação financeira	29 354	21 914	—	—	—	7 440	—
Outras imobilizações corpóreas	67 037	24 029	—	—	9 348	—	33 660
Imobilizações em curso	25 702	—	152 162	(90 262)	—	7 552	80 050
Imobilizações incorpóreas	25 702	—	152 162	(90 262)	—	7 552	80 050
Imóveis	—	—	—	—	—	—	—
Equipamento	—	—	—	—	—	—	—
Património artístico	—	—	—	—	—	—	—
Outras imobilizações corpóreas	—	—	—	—	—	—	—
Adiantam. por conta de imobilizações	—	—	—	—	—	—	—
<i>Totais</i>	29 364 248	9 734 365	6 178 635	—	4 943 267	5 360 422	15 504 829

(a) V. nota n.º 3.

14 — Créditos sobre clientes:

Os créditos sobre clientes e respectivas provisões decompõem-se como se segue:

Classe de risco	2004			2003		
	Capital	Provisões	Cobertura (percent.)	Capital	Provisões	Cobertura (percent.)
Classe I	5 583 596	2 375 382	42,5	6 889 231	74 416	1,1
Classe II	5 976 222	264 887	4,4	1 817 872	403 678	22,2
Classe III, IV	3 430 971	1 217 896	35,5	4 858 274	2 537 188	52,2
Classe V, VI, VII, VIII e IX	23 409 217	18 471 264	78,9	30 619 004	28 511 161	93,1
Classe X, XI e XII	16 281 888	16 281 888	100,0	5 620 731	5 620 731	100,0
Outros Créditos	—	—	—	8 393	—	—
<i>Total de crédito vencido</i>	54 681 894	38 611 317	70,6	49 813 504	37 147 174	74,6
Provisões de cobrança duvidosa	—	11 099 633	—	—	10 568 938	—
<i>Total</i>	—	49 710 950	—	—	47 716 112	—
<i>Total de crédito vincendo</i>	450 620 494	4 580 573	1,0	494 756 557	5 738 085	1,2
<i>Total de crédito</i>	505 302 388	54 291 523	10,7	544 570 062	53 454 197	9,8

O crédito sobre clientes é constituído por contratos de crédito (172 994 milhares de euros), principalmente, destinados ao financiamento à aquisição de veículos ligeiros de passageiros, contratos de locação financeira mobiliária e imobiliária (236 718 milhares de euros) e contratos de *factoring* (95 590 milhares de euros). O crédito vencido refere-se aos valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas.

Para além da provisão para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, a sociedade tem outras provisões apresentadas no passivo, no montante total de 5 293 126 euros, do qual 4 580 573 euros se destina a cobrir riscos gerais de crédito sobre o crédito vincendo. Refira-se, ainda, a existência de uma provisão de 3 721 870 euros registada no activo em acções e outros títulos de rendimento variável, destinada a cobrir riscos associados à carteira de crédito sobre gestão.

Os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Classe de risco	2004	2003
Até três meses	59 099 082	46 742 489
De três meses a um ano	41 313 254	56 117 474
De um ano a cinco anos	161 018 348	291 553 910
Mais de cinco anos	189 189 810	100 342 684
Indeterminado	54 681 894	49 813 504
<i>Total</i>	505 302 388	544 570 061

16 — Despesas de investigação e desenvolvimento:

O montante de aquisições registado em despesas de investigação e desenvolvimento (v. nota n.º 11), refere-se a estudos de racionalização e reengenharia organizacional com particular enfoque na área da comercialização, produção, controlo e recuperação de crédito especializado.

18 — Débitos para com instituições de crédito:

Os débitos para com instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2004	2003
De três meses a um ano	—	—
Prazo indeterminado	410 206 279	410 644 419
<i>Total</i>	410 206 279	410 644 419

Os recursos obtidos vencem juros a taxas normais de mercado.

19 — Débitos representados por títulos:

As obrigações que foram emitidas pela sociedade incorporante, em Novembro de 1999, no montante de 2 490 000 euros, venceram-se

em Novembro de 2004, sendo nessa data amortizadas ao par, de uma só vez.

Por outro lado, a sociedade não renovou nenhuma das emissões de papel comercial que estava a utilizar no final do exercício anterior e que ascendiam a 45 000 000 euros, tendo procedido ao seu reembolso de uma só vez, nas datas de vencimento, ocorridas no exercício de 2004, Assim sendo, em 31 de Dezembro de 2004, a totalidade do programa de emissão de papel comercial BPN Crédito (emitido em Maio/2004, tendo substituído os anteriores programas BPN Créditos/1999 e BPN Carfin Rent/2003), encontra-se disponível para utilização, pelo montante máximo de 50 000 000 de euros. O programa em questão foi montado pelo BPN/Banco Efisa.

20 — Débitos sobre empresas relacionadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, os débitos sobre empresas relacionadas, decompunham-se da seguinte forma:

Financiamentos via MMI, junto do BPN: 378 000 000 de euros;
Contas correntes caucionadas, junto do BPN: 22 000 000 de euros;
Outros débitos, junto do BPN: 506 279 euros.

22 — Passivo subordinados:

O montante de 5 000 000 de euros, registado no final do ano anterior na rubrica de passivos subordinados, que se referia na sua totalidade a prestações acessórias de capital, efectuadas pelo BPN Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, foi reembolsado no exercício de 2004. Este facto foi possível mediante acordo prévio do Banco de Portugal, uma vez que, a BPN Crédito efectuou um aumento do seu capital social em 2004 (v. nota n.º 51).

23 — Compromissos e garantia:

Em 31 de Dezembro de 2004, a sociedade tem compromissos com rendas e valores residuais relativos a contratos de locação financeira e operacional com a Rentilusa — Locação e Comércio de Equipamentos e Serviços, S. A., no montante de 567 917 euros.

24 — Provisões:

Os movimentos ocorridos nas provisões durante o exercício foram os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Saldo inicial	Reforços	Reposições	Utilizações	Transfer.	Saldo final
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	10 569	5 009	(4 478)	—	—	11 100
Provisões para crédito vencido	37 147	24 775	(9 285)	(14 026)	—	38 611
Provisões para depreciação de títulos de negociação	2 011	2 843	(1 132)	—	—	3 722
Provisões para depreciação de títulos de investimento	—	—	—	—	—	—
Provisões para risco-país	—	—	—	—	—	—
Provisões para imobilizações financeiras	—	—	—	—	—	—
Provisões para outras aplicações	87	1 155	(22)	—	—	1 220
Provisões para riscos gerais de crédito	5 738	1 391	(2 549)	—	—	4 580
Provisões para outros riscos e encargos	920	209	(1)	(415)	—	713
Provisões para riscos bancários gerais	—	—	—	—	—	—
Provisões para riscos de flutuação de câmbios	—	—	—	—	—	—
Totais	56 472	35 382	(17 467)	(14 441)	—	59 946

O reforço da provisão específica para riscos de crédito resulta da aplicação das normas do Banco de Portugal nesta matéria, bem como, da avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, efectuada pela sociedade.

Durante o exercício de 2004, a BPN Crédito utilizou provisões para crédito vencido, no total de 14 026 milhares de euros, correspondente a *write-offs* de contratos provisionados a 100% e para os quais não foram registados quaisquer recebimentos durante o ano de 2004.

A sociedade possui em balanço, em 31 de Dezembro de 2004, uma provisão para outros riscos e encargos no montante de 713 milhares de euros, que se destina maioritariamente a cobrir outros riscos a pagar associados às operações de securitização de créditos efectuadas em anos anteriores.

Refira-se que, durante o ano agora em análise, a BPN Crédito utilizou o montante de 415 milhares de euros da referida provisão para outros riscos e encargos, já constituída no ano anterior, relativo maioritariamente a valores a pagar associados à operação de securitização Chaves 1, entretanto terminada.

27 — Contas de regularização do activo e do passivo:

As contas de regularização do activo e do passivo são analisadas como segue:

Activo:

	(Em euros)	
	2004	2003
Proveitos a receber:		
Juros a receber	1 794 003	3 291 704
Outros proveitos	139 555	219 843
Despesas com custo diferido	2 553 780	5 011 253
Comissões pagas	1 840 830	3 094 613
De recursos alheios	—	640 966
Outras despesas	712 950	1 275 674

(Em euros)

	2004	2003
Flutuação de valores	214 362	106 541
Outras contas de regularização	575 549	450 775
Outras contas internas	—	11 310
Total	5 277 249	9 091 426
Passivo:		
Custos a pagar:		
De recursos alheios	3 194 873	802 212
De custos administrativos	783 624	853 108
Outros custos a pagar	588 450	419 063
Receitas com proveito diferido	653 425	738 470
De rendas de locação operacional	165 415	50 403
Outras	488 010	688 067
Outras contas de regularização	776 025	3 010 078
Total	5 996 397	5 822 931

Em 31 de Dezembro de 2004, dos saldos das contas de regularização, devemos destacar o seguinte:

A rubrica de proveitos a receber — juros a receber inclui 1 673 125 euros relativos a juros de crédito sobre clientes, os quais são recebidos postecipadamente e especializados numa base diária.

A rubrica de despesas com custo diferido — comissões pagas inclui, essencialmente, 1 654 057 euros de comissões pagas a apuradores por angariação de contratos de crédito, que são diferidas pelo prazo médio mensal dos contratos.

A rubrica de custos a pagar:

De recursos alheios inclui 2 690 749 euros de juros referentes aos financiamentos obtidos no mercado monetário interbancário, 447 048 euros referente ao valor de comissões a pagar a aportadores que angariaram contratos de crédito durante o presente exercício; e inclui, também,

De custos administrativos na totalidade, referente ao valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais que se vencem para pagamento no exercício seguinte.

A rubrica de receitas com proveito diferido — outras inclui 390 071 euros referentes à mensualização de proveitos diferidos respeitantes a contratos de crédito do segmento Lar.

29 — Capital subscrito:

Após o aumento do capital social efectuado neste exercício (v. nota n.º 51), o capital social da sociedade ascende a 63 518 075 euros, repartido por 63 518 075 acções com o valor nominal de um euro cada, o qual se encontra integralmente subscrito e realizado.

31 — Outros activos e outros passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

Outros activos:	(Em euros)	
	2004	2003
Devedores e outras aplicações	9 462 675	10 089 282
Devedores	419 445	4 923 241
Iva a recuperar	291 307	4 320 854
IRC a recuperar	42 496	382 672
Diversos	85 642	219 715
Aplicações por recuper. de créditos	9 043 230	5 166 041
Imóveis	8 542 508	4 901 530
Equipamento	500 722	264 511
<i>Total</i>	9 462 675	10 089 282

Outros passivos:	(Em euros)	
	2004	2003
Credores	10 538 125	8 802 186
Fornecedores	1 963 148	4 469 893
Credores por contratos de <i>factoring</i>	2 928 299	2 540 294
Credores diversos	5 646 678	1 791 999
Outras exigibilidades	1 081 706	1 304 991
IVA a pagar	487 701	818 562
IRC a pagar	2 953	—
Retenções na fonte	347 656	336 650
Outras	243 396	149 779
<i>Total</i>	11 619 831	10 107 177

Em outros activos — devedores e outras aplicações está incluída a participação de 17,4% da sociedade na BPN Serviços — Serviços administrativos, Operacionais e Informáticos, ACE, no montante de 17 400 euros.

Conforme nota n.º 24, existe em balanço, a 31 de Dezembro de 2004, uma provisão, no montante de 1 219 272 euros, para aplicações por recuperação de crédito.

A rubrica de credores por contratos de *factoring* corresponde a valores ainda não utilizados pelos aderentes.

A rubrica credores diversos (passivo) inclui 262 953 euros (Chaves II), 1 377 254 euros (Chaves III) e 2 190 999 euros (Chaves IV) relativos a capital e juros cobrados por conta das entidades envolvidas nas operações de titularização de créditos (Purchasers) a entregar no âmbito do contrato de gestão (Receivables Servicing Agreement) celebrado no momento da titularização de activos.

32 — Fundos recebidos por conta de outrem:

Em conformidade com os *receivables servicing agreement*, celebrados aquando da concretização das operações de titularização de créditos, a sociedade recebe parcelas de mensalidades (capital e juros) dos contratos titularizados por conta das entidades adquirentes daquelas, valores que entrega até ao dia 10 do mês seguinte (v. nota n.º 31).

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

O efectivo médio de empregados ao serviço da sociedade no final de 2004 era o seguinte:

	2004	2003
Administradores	5	7
Directores	14	16
Técnicos/administrativos	198	223
<i>Total</i>	217	246

Durante o exercício de 2004 foi possível, com as sinergias obtidas com a fusão numa única estrutura de todos os colaboradores das quatro sociedades que deram origem à BNP Crédito, otimizar os recursos humanos afectos às várias áreas de negócio e deste modo, reduzir o número de efectivos ao serviço da Sociedade, permitindo, ainda, melhorar a qualidade dos serviços prestados.

35 — Remuneração dos órgãos de administração e fiscalização:

	(Em euros)	
	2004	2003
Órgão de administração	577 051	478 396
Órgão de fiscalização	53 550	50 800
<i>Total</i>	630 601	529 196

38 — Elementos por linhas de negócio e mercados geográficos:

Os elementos da demonstração de resultados e do balanço por linhas de negócio e mercados geográficos, são como se segue:

Segmentação por linhas de negócio:

	(Em milhares de euros)		
	Banca de retalho	Banca comercial	Total
Juros e proveitos equiparados	24 394	14 383	38 777
Juros e custos equiparados	(4 486)	(8 263)	(12 749)
Comissões (proveito)	1 959	2 558	4 517
Comissões (custo)	(3 759)	(375)	(4 134)
Rendimento de títulos	—	—	—
Lucros em operações financeiras	3 831	1 740	5 571
Prejuízos em operações financeiras	—	(6)	(6)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	13 447	4 021	17 467

(Em milhares de euros)

	Banca de retalho	Banca comercial	Total
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e Crédito vencido e para outros riscos	(26 296)	(9 085)	(35 382)
Outros proveitos de exploração	(6 633)	863	(5 770)
Resultado líquido do exercício	2 455	5 835	8 290
Crédito sobre clientes	131 581	324 010	455 591
Débitos para com clientes	—	15 352	15 352
Activo líquido total	150 800	371 333	522 133

Segmentação por mercado geográfico:

	Portugal	União Europeia	Total
Juros e proveitos equiparados	30 005	8 772	38 777
Juros e custos equiparados	(12 749)	—	(12 749)
Comissões (proveito)	3 884	633	4 517
Comissões (custo)	(4 134)	—	(4 134)
Rendimento de títulos	—	—	—
Lucros em operações financeiras	2	5 569	5 571
Prejuízos em operações financeiras	(6)	—	(6)
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	17 467	—	17 467
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	(35 382)	—	(35 382)
Outros proveitos de exploração	(5 770)	—	(5 770)
Resultado líquido do exercício	(6 684)	14 974	8 290
Crédito sobre clientes	455 590	1	455 591
Débitos para com clientes	15 352	—	15 352
Activo líquido total	491 607	30 526	522 133

Os proveitos provenientes do resto da União Europeia incluem 8 771 980 euros, referentes à remuneração dos títulos detidos no âmbito das operações de titularização de activos e 632 741 euros, referentes a comissões pela gestão de activos no âmbito das mesmas operações. O valor de 5 568 669 euros refere-se ao prémio obtido pela concretização da operação de securitização Chaves 4 (v. nota n.º 48).

39 — Outros resultados de exploração e extraordinários:

Outros custos e proveitos de exploração:

	(Em euros)	
	2004	2003
Outros custos de exploração	2 399 270	3 023 356
Quotizações e donativos	25 374	26 073
Menos-valias em bens de locação financeira	358 925	528 897
Menos-valias em bens de locação operacional	94 118	22 421
Outros	1 920 853	2 445 965
Legalizações	1 875 146	2 424 090
Outros	45 707	21 875
Outros proveitos de exploração	16 382 827	11 969 579
Rendas de locação operacional	4 339 781	2 907 282
Proveitos de prestações de serviços diversos	357 038	157 602
Reembolso de despesas	2 910 356	3 832 000
Recup. de crédito, juros e despesas	1 727 546	1 926 513
Mais-valias em bens de loc. financ.	4 739 436	531 038

(Em euros)

	2004	2003
Mais-valias em bens de loc. operac.	273 504	29 493
Outros	2 035 166	2 585 651
Legalizações	1 938 564	2 418 175
Outros	96 602	167 476
Total	13 983 557	8 946 223

Resultados extraordinários:

	2004	2003
Perdas extraordinárias	1 787 884	2 087 468
Menos-valias na realiz. de valores imobiliários e de	—	121 180
Perdas relativas a exerc. anteriores de contratos	1 636 894	1 959 178
Outras	150 990	7 110
Ganhos extraordinários	1 071 621	3 061 677
Mais-valias na realiz. de valores imobiliários e de ir	12 097	673 587
Indemnizações por incumprimento de contratos	423 095	724 318
Ganhos relativos a exerc. anteriores	32 454	605 458
Outros	603 975	1 058 314
Total	(716 263)	974 209

As perdas extraordinárias — perdas relativas a exercícios anteriores incluem juros anulados correspondentes a exercícios anteriores, no valor de 1 413 638 euros.

41 — Carga fiscal:

A sociedade está sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama. O pagamento/recebimento dos impostos sobre o rendimento é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social), contado a partir do exercício a que respeitam.

Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2001 a 2004 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e inspecção, embora a sociedade considere que eventuais correcções resultantes dessas revisões fiscais àquelas declarações de impostos, não poderão ter/efeitos significativos nas demonstrações financeiras de 2004.

	(Em euros)		
	2004	2003	2002 Pró-forma
Provisão para impostos sobre lucros	60 741	102 947	1 195 478
Pagamentos por conta de IRC efectuados no exercício	57 788	485 619	101 129
Impostos diferidos	—	—	3 611 794
Entrega adicional/(reembolso) a efectuar no exerc. seguinte	2 953	(382 672)	(2 517 445)

Tal como no exercício anterior, a 31 de Dezembro de 2004 a BPN Crédito não tem registado no seu Activo qualquer valor correspondente a impostos diferidos activos. No entanto, o seu valor calculado à data de 31 de Dezembro de 2004 ascende a 6 999 685 euros, resultando de diferenças temporais entre os resultados contabilísticos e fiscais, sendo convicção da administração da sociedade que os mesmos são integralmente realizáveis. Em 31 de Dezembro de 2003, este valor ascendia a 9 287 104 euros.

42 — Proporção do imposto sobre o rendimento:

A estimativa de imposto sobre os lucros do exercício de 2004, ascende a 60 741 euros, que corresponde a 0,67% sobre o resultado da actividade corrente.

Denominação	Valor	Vencimento	Rating		Taxa de juro
			S&P	Mood's	
Class A Secured Floating Rate Notes	150 300	Maio de 2015	AAA	Aaa	Euribor 3M + 0,18%
Class B Secured Floating Rate Notes	11 100	Maio de 2015	AA	Aa2	Euribor 3M + 0,35%
Class C Secured Floating Rate Notes	9 300	Maio de 2015	A	A2	Euribor 3M + 0,50%
Class D Secured Floating Rate Notes	14 900	Maio de 2015	BBB	Baa2	Euribor 3M + 0,95%
<i>Total</i>	185 600				

A entidade Chaves Funding n.º 4 plc emitiu adicionalmente *residual certificates* (Class E Secured Floating Rate Notes) no valor total de 15 000 000 de euros.

A sociedade BPN Crédito adquiriu, tal como já referido na nota n.º 10 deste relatório, a totalidade dos títulos acima referidos (*residual certificates*).

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos nas contas da sociedade, dada a transferência da sua posse a título definitivo à entidade Chaves Funding n.º 4 plc, mencionada anteriormente. No entanto, e em virtude da sociedade subsidiária do BPN — SGPS ter os títulos acima referidos (*residual certificates*) no seu balanço, os contratos cedidos continuam a ser objecto de provisionamento de acordo com os avisos n.ºs 3/95, 2/99 e 8/2003 e pela Instrução n.º 27/2000, do Banco de Portugal.

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

Entidade cedente/*originator*:

BPN Crédito — IFIC, S. A.

Entidade compradora e emitente dos títulos/*issuer*:

Chaves Funding n.º 4 plc.

43 — Consolidação de contas:

As contas da sociedade são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras da BPN — Participações Financeiras, SGPS, L.^{da}, com sede na Avenida da França 680/694, no Porto, local onde poderão ser obtidas.

45 — Operações de locação financeira e locação operacional:

Os montantes de operações de locação financeira, registadas como créditos sobre clientes, ascendem a 198 875 684 euros. As rendas futuras relativas a contratos de locação operacional ascendem a 4 705 575 euros.

47 — Resultados provenientes de transacções com empresas relacionadas:

Os resultados individuais da sociedade incluem cerca de 14 048 milhares de euros de custos e cerca de 3000 milhares de euros de proveitos provenientes de transacções realizadas com empresas relacionadas.

Os custos suportados pela sociedade dizem essencialmente respeito a:

Juros relativos a financiamentos no MMI junto do BPN: 10 573 milhares de euros;

Custos relativos à utilização de recursos do BPN Serviços — ACE: 1042 milhares de euros;

Custos referentes à emissão de papel comercial, tomada pelo BPN: 641 milhares de euros;

Juros relativos a empréstimos, junto do BPN: 621 milhares de euros;

Rendas relativas à utilização de edifícios geridos pelo Grupo BPN: 357 milhares de euros.

Os proveitos referem-se essencialmente a:

Rendas e Serviços de contratos de locação operacional, com diversas empresas do Grupo BPN/SLN, onde destacamos a Rentilusa, o BPN, a Real Seguros e a SLN, SGPS.

48 — Operações de titularização:

No dia 16 de Junho de 2004, a BPN Crédito, concretizou uma operação de titularização de créditos no valor total de 185 622 milhares de euros, à entidade Chaves Funding n.º 4 plc, a qual foi responsável pela emissão dos títulos (*notes*) para o mercado, com as seguintes características:

(Em milhares de euros)

Gestores/Managers:

HSBC Bank plc
Banco Efisa, S. A.

Principal agente pagador:

HSBC Bank plc.

Agente pagador:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

Agente depositário/*trustee*:

HSBC Trustee (CI.), Ltd.

Conselheiros legais:

Matheson Orsmy Prentice.
Norton Rose.
Rebello de Sousa & Associados.
Vieira de Almeida & Associados.

Audidores da entidade emitente/issuer:

BDO Simpson Xavier.

Listing Agent:

Dexia Banque Internationale à Luxembourg, S. A.

Por sua vez, foi exercida a *call option* da operação de titularização de créditos Chaves I, que terminou assim antecipadamente em 2004.

Deste modo, estão a decorrer três operações de titularização de créditos, Chaves II, Chaves III e Chaves IV sendo que, o saldo total sob gestão das referidas operações era a 31 de Dezembro de 2004 de 261 580 439 euros.

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos no activo da sociedade, dada a transferência da sua posse a título definitivo para as sociedades adquirentes, sendo o seu provisionamento efectuado de acordo com o estabelecido pelo Banco de Portugal. Desta forma, não é necessária a constituição e/ou reforço de qualquer provisão para fazer face aos riscos das operações de titularização de créditos efectuadas.

49 — Pensões de reforma e sobrevivência:

Descrição do plano de pensões:

O plano de pensões reflecte as responsabilidades decorrentes do cumprimento do Acordo Colectivo de Trabalho da Actividade Bancária para com os empregados do BPN e das suas subsidiárias financeiras BPN Crédito IFIC BPN Imofundos e BPN Gestão de Activos. Estas responsabilidades estão cobertas por um fundo de pensões, e de acordo com o aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo aviso n.º 7/2002.

Em 31 de Dezembro de 2004, a população abrangida é constituída por:

Número de empregados	172
Número de reformados e pensionistas	3

Sociedade Gestora do Fundo de Pensões.

O fundo é gerido pela companhia Real Seguros Vida, S. A.

Valor actual das responsabilidades:

	(Em euros)
	2004
1 — Reformados e pensionistas:	
Pensão de viuvez e órfãos	393
Reforma antecipada	—
<i>Total</i>	<u>393</u>
2 — Activos:	
2.1 — Responsab. com reformas (invalidez e velhice):	
Responsabilidades com serviços passados	2 218
Responsabilidades com serviços futuros	14 672
<i>Total</i>	<u>16 890</u>
2.2 — Responsabilidades com sobrevivência imediata:	
Responsabilidades com serviços passados	351
Responsabilidades com serviços futuros	1 240
<i>Total</i>	<u>1 591</u>
2.3 — Responsabilidades com 6,25% para o SAMS:	
Responsabilidades com serviços passados	159
Responsabilidades com serviços futuros	994
<i>Total</i>	<u>1 154</u>

Valor do fundo de pensões:

O valor do fundo de pensões à data de 31 de Dezembro de 2004 ascende a 3183 milhares de euros.

Responsabilidades por serviços passados ainda não reconhecidas como custo:

O montante das responsabilidades passadas ainda não reconhecidas como custo, com origem nos empregados admitidos na Banca antes de 1 de Janeiro de 1995, ascende a 106 milhares de euros.

Activos do fundo utilizados por sociedades em relação de Grupo:

Não existe qualquer activo do fundo utilizado pelas sociedades em relação de grupo.

Reconhecimento dos custos:

Relevação contabilística dos custos anuais:

	(Em euros)
	2004
1 — Custos com o pessoal	577 286
1.1 — Custo do serviço corrente	543 164
1.2 — Custos dos juros	177 192
1.3 — Rendim. esperado dos activos do fundo de pensões	(143 070)
2 — Result. extraord. — perdas relat. a exerc. anteriores	5 311
2.1 — Custo anual das responsabil. por serviços passados de pessoal no activo em 31 de Dezembro de 1994, com idade presumível de reforma depois de 31 de Dezembro de 1997	5 311
2.2 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a reformas antecipadas	—
3 — Resultados extraordinários — outras perdas	182 227
3.1 — Amortização anual de despesas com custo diferido relativas a perdas actuariais resultantes de diferenças entre os pressupostos e os valores realizados	182 227
4 — Resultados extraordinários — outros ganhos	(536 530)
4.1 — Amortização anual de receitas com proveito diferido relativas a ganhos actuariais resultantes de alterações dos pressupostos ou das condições dos planos	(536 530)
5 — Reconhecimento como custos do exercício	<u>228 294</u>

Contribuições entregues ao fundo no exercício:

No exercício de 2004 foram efectuadas entregas para o fundo de pensões no montante de 500 milhares de euros.

Montante das pensões pagas pelo fundo durante o exercício:

Durante este exercício o fundo de pensões efectuou o pagamento de 17 milhares de euros.

Principais pressupostos actuariais e financeiros:

A avaliação efectuada toma por base os pressupostos a seguir indicados, procurando-se, assim, dar satisfação ao pedido no ponto 4.5 da Norma n.º 6/2004 e, no que respeita ao valor do fundo mínimo, ao ponto 14 da Norma n.º 21/96.

Principais pressupostos actuariais e financeiros:

	(Em percentagem)	
	Aconselhável	Mínimo
Tábua de mortalidade (activos e pension.)	TV 73/77	TV 73/77
Tábua de invalidez	EVK80	EVK80
Taxa de rendimento para os pensionistas	5,0	4,5
Taxa de rendimento para os activos	5,5	4,5
Taxa de crescimento salarial	2,5	—
Taxa de crescimento para as pensões	1,5	—

Movimentos verificados no exercício de 2004:

A taxa de rendibilidade obtida foi de 4,22%;

As pensões são actualizadas com base na actualização da tabela salarial, conforme se encontra consignado no ponto 6 da cláusula 137.^a e no ponto 8 da cláusula 142.^a do ACTV

Passamos a considerar as responsabilidades inerentes aos descontos para o SAMS, ou seja, 6,25% dos valores das pensões garantidas, incluindo as que se encontram em pagamento.

Método de valorização actuarial utilizado:

Nas avaliações das responsabilidades com pensionistas é utilizado o método de cálculo dos capitais de cobertura correspondentes aos prémios únicos das rendas vitalícias imediatas e crescentes, em curso de pagamento. Nas avaliações das responsabilidades com os colaboradores no activo é utilizado o método do Unit Credit Projectado.

51 — Outras informações:

Os movimentos ocorridos nas rubricas da situação líquida durante 2004, consubstanciam-se no seguinte:

	Capital social	Reservas legais	Reservas livres	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	53 518 075	2 572 523	1 562 372	(6 612 864)	4 335 390	55 375 496
Aumento de capital	10 000 000	—	—	—	—	10 000 000
Constituição de reservas	—	433 539	3 901 851	—	(4 335 390)	—
Utilização de reservas	—	—	(5 464 223)	5 464 223	—	—
Resultado líquido do exercício	—	—	—	8 289 831	8 289 831	—
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	63 518 075	3 006 062	—	(1 148 641)	8 289 831	73 665 327

Em conformidade com a legislação em vigor, uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinada à formação de uma reserva legal até ao limite do capital social.

Em 28 de Junho de 2004 foi efectuado um aumento do capital social da BPN Crédito, por entrada de dinheiro, no montante de 10 000 000 de euros, encontrando-se totalmente realizado.

(Sem assinaturas.)

2007875020

CAIXA LEASING E FACTORING — INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 13-C/2007

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 8926; identificação de pessoa colectiva n.º 504868713; número e data da apresentação: 1232/15 de Abril de 2005.

Maria de Fátima Pepe da Silva Fernandes, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifica, que foram depositados na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas do ano de 2004.

Está conforme o original.

Lisboa, 13 de Dezembro de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria de Fátima Pepe da Silva Fernandes*.

Relatório e contas de 2004

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: José Lourenço Soares.
Secretários:

José Manuel Rodrigues Lourenço.
Raquel Cristina Guerreiro Pinto Ribeiro Sardo.

Conselho de administração:

Presidente: Luís Filipe Alves Monteiro.
Vice-presidente: Fernando Dias Nogueira Vogais.
Vogais:

José Gomes Pedro.
Francisco Manuel Marques Bandeira.
Maria Teresa Pires dos Santos Valente.

Fiscal único:

Revisor oficial de contas: Oliveira Rêgo & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representado por Manuel de Oliveira Rêgo.

Revisora oficial de contas suplente: Paula Cristina Guerreiro Ganhão de Oliveira Rêgo.

Secretário da sociedade: José Manuel Rodrigues Lourenço.

Audidores: Deloitte.

Órgãos de estrutura e responsáveis

Departamento de *leasing*: Manuel Pires Valente.
Departamento de *factoring*: José Manuel Mota Bento.
Direcções comerciais:

Norte: Maria Gorete Gonçalves F. Rato.
Centro: Olegário Pedroso Angélico.
Lisboa, Sul e Regiões Autónomas: José António F. Silva Barbosa
Factoring: João Paulo Gascão N. P. Nina.

Direcção financeira:

José Hipólito O. André Figueiras.
Joaquim José Gomes Mira.

Direcção de informática e organização:

Vítor Manuel Ângelo Condeço.
Susana Manuel C. Pedroso Fernandes.

Direcção jurídica de recuperação de crédito Ana Maria Vieira M. J. Freire.

Direcção de recursos humanos e administrativos: Fernando António Salsinha Amador.

Gabinete de *marketing*, comunicação e imagem: José Manuel Rodrigues Lourenço.

Gabinete de Planeamento, Auditoria e Controlo de Gestão: José Manuel Rodrigues Lourenço.

Gestão de activos: Carlos Alberto G. Coelho dos Santos.

Núcleo de Gestão de Risco: Lucília Maria Fernandes R. Mendes.

Relatório do conselho de administração

Introdução:

Culminando o processo de reestruturação das empresas de *leasing* e de *factoring* do Grupo Caixa Geral de Depósitos, foi registada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, no dia 30 de Dezembro de 2004, a Caixa Leasing e Factoring — Instituição Financeira de Crédito, S. A., que resultou da fusão das empresas Imoleasing — Sociedade de Locação Financeira Imobiliária, S. A., Locapor — Companhia Portuguesa de Locação Financeira Mobiliária, S. A. e Lusofactor — Sociedade de Factoring, S. A., por incorporação na Caixa Empresas de Crédito, SGPS, S. A.

Com a referida fusão foi transmitido para a nova sociedade o património das empresas fusionadas, assumindo a primeira os direitos e as obrigações existentes à referida data de 30 de Dezembro de 2004, bem como os respectivos quadros de pessoal.